

# À Margem de Irapé: consequências da barragem no rio Jequitinhonha uma década após sua implantação

Pedro de Carvalho Costa\*

Flávia Maria Galizoni\*\*

\* Geógrafo (UFMG). Mestre em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG). Professor substituto da UFMG.

\*\* Cientista Social (UNICAMP). Mestre em Antropologia Social (USP). Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora da UFMG.

---

**Resumo** Este artigo buscou sintetizar o significado de um projeto desenvolvimentista para a população dos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé (UHE), uma década após o início do seu funcionamento. A área alagada pela represa da UHE de Irapé atingiu sete municípios do alto curso do Rio Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, levando ao remanejamento de aproximadamente cinco mil pessoas e afetando outros milhares de habitantes das margens do lago. A longa resistência da população atingida resultou na conquista de direitos fundamentais no processo de remanejamento, mas não impediu as perdas socioeconômicas, culturais e políticas significativas ocasionadas no violento transcurso de implantação da obra; esta procurou-se legitimar pela justificativa da promoção de desenvolvimento para o vale do Jequitinhonha. A partir de metodologia qualitativa, buscou-se identificar consequências do empreendimento por meio de entrevistas com representantes de diferentes setores da sociedade. As narrativas foram analisadas e organizadas para sistematizar o complexo objeto estudado. A presença da represa alterou as relações da população com os recursos naturais, gerou frustração de diferentes segmentos sociais com relação a possibilidades de desenvolvimento, e colapso da forma de organização de vida de grupos camponeses.

**Palavras-chave:** Vale do Jequitinhonha, Comunidades camponeses, UHE Irapé.

---

## 1. Introdução

A usina hidrelétrica de Irapé foi construída no alto curso do Rio Jequitinhonha entre os municípios de Grão Mogol e Berilo, localizados na porção nordeste de Minas Gerais. Finalizada em 2006, promoveu o represamento do rio Jequitinhonha a poucos quilômetros a jusante de sua interseção com o rio Itacambiruçu e criou um lago de aproximadamente 140 km<sup>2</sup>, que se estendeu por 100 km a montante do primeiro rio e 40 km do segundo; atingiu diretamente 51 comunidades camponesas. Desde meados da década de 1990, quando o projeto se concretizava por meio de estudos em loco, a população dos municípios da área afetada já tomava medidas para se organizar diante de dúvidas e certezas sobre o empreendimento. Os diferentes grupos sociais — entre autoridades públicas e representantes da sociedade civil — reagiram à presença de agentes da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), exigindo informações (Zucarelli, 2011).

A luta pela resistência pode ser datada no início da década de 1990, quando foi formada a Comissão dos Atingidos. Essa luta, que se estendeu por quase quinze anos, buscando menores injustiças sociais, não conseguiu, contudo, evitar que cerca de 1200 famílias — aproximadamente 5.000 pessoas — fossem desapropriadas a partir de 2001 até a finalização da construção da hidrelétrica em 2006. Esta população compunha rica

diversidade camponesa, na qual se destacam modos específicos de produção de alimentos pelo trabalho familiar, de gestão comunitária de recursos da natureza e o íntimo contato de conhecimento com a terra onde viviam, que compõem complexas dinâmicas e organizações sociais como demonstrou Ribeiro e outros (2005). Comunidades camponesas — forte expressão socioeconômica e cultural do Alto Vale do Jequitinhonha — foram as mais comprometidas em todo processo da UHE de Irapé, desde seu planejamento ao seu pleno funcionamento. Isto não se deveu apenas por terem sido retiradas dos vales férteis dos rios barrados e reassentadas em locais bastante distintos daqueles que habitavam — *habitavam* no sentido amplo da palavra, lugar de reprodução de atividades, mas também de afeto, memória, de vida. Comunidades camponesas foram afetadas por ficar à margem de um grande empreendimento gerido por uma empresa de grande porte, formado por um lago artificial, enorme, que cobriu a natureza das grotas onde produziam alimentos; esvaziou povoados, rompeu laços, saturou relações e marcou vidas (Pereira, 2015; Costa, 2018).

A compreensão dos processos históricos de ocupação e formação é imprescindível para entender as singularidades destas comunidades camponesas do alto vale do Jequitinhonha, uma vez que expressam características do trabalho familiar, da relação com a natureza fundamentada em um grande acervo de conhecimento e da gestão

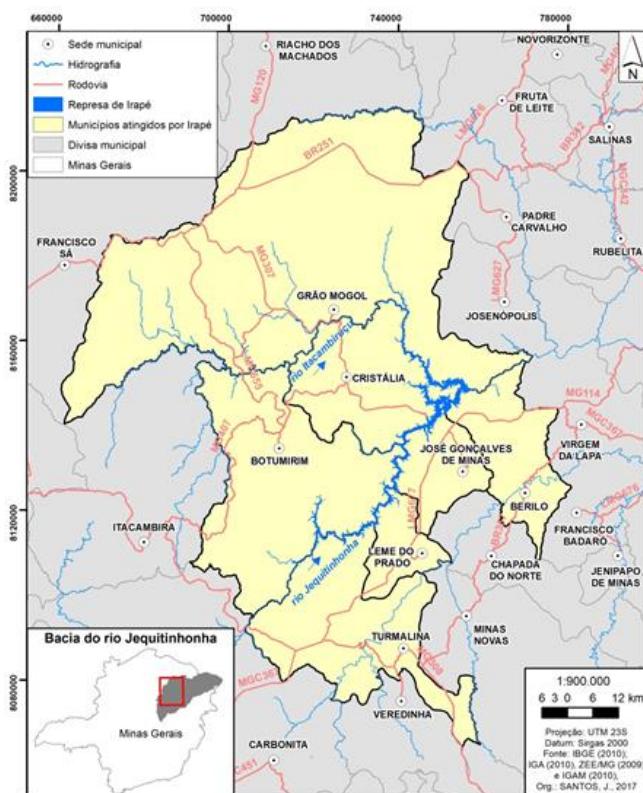
comunitária (Galizoni, 2007). Também dinâmicas políticas desafiam o leitor a discriminar a imagem criada por décadas do *Vale da Miséria*, em seu estigma de pobreza e baixo dinamismo econômico, de um território deprimido, ao qual as políticas de exploração de seus recursos humanos e naturais estão à face das políticas de promoção de cidadania e qualidade de vida, como mostrou Ribeiro *et al.* (2014).

O objetivo deste artigo é contribuir para a identificação e análise das consequências socioeconômicas, socioambientais e culturais para as populações que margeiam a UHE de Irapé, após uma década de funcionamento da usina. Em específico, pretendeu-se compreender as expectativas de desenvolvimento projetadas no empreendimento energético e a percepção da população que habita os municípios atingidos após esta década. Trata-se de um estudo holístico, focado em analisar as consequências não a partir do cumprimento das leis vigentes, ou do atendimento aos objetivos de empreendimento de geração de energia elétrica, ou ainda em interesses pautados em um ou outro setor da sociedade. Ao contrário, apresenta resultados e reflexões a partir uma inquietação que embasou a pesquisa sobre o que resultou a

implantação de um grande projeto hidrelétrico em uma região de dinâmica complexa caracterizada pela forte presença de atividade camponesa. Este artigo, portanto, se aplica àqueles que estão — permaneceram — à margem de Irapé.

## 2. Metodologia

A pesquisa investiga as consequências da UHE de Irapé para a população atingida. Apesar da abrangência sócio-espacial de uma represa, delimitou-se a pesquisa à população atingida em dois campos de análise concêntricos. O primeiro campo se trata da população que margeia a represa: povoados que foram parcialmente alagados, mas também a reorganização dos estabelecimentos e famílias ocasionada, principalmente, pelo esvaziamento demográfico imposto pelas desapropriações. O outro campo de análise foi delimitado pelo território administrativos dos sete municípios que rodeiam a represa (Grão Mogol, Cristália e Botumirim, Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, e Turmalina), como mostra a Figura 1.



**Figura 1:** Mapa da localização dos municípios atingidos pela UHE de Irapé.  
Fonte: IBGE, 2017. Elaborado por Pedro Costa (2018).

Nesta escala, a análise dos municípios se refere, primeiramente, pelos mesmos motivos do primeiro campo — mudança brusca do uso e ocupação do solo —, mas também se direciona à investigação relacionada ao impacto econômico na administração pública. Para a viabilidade da pesquisa, foram escolhidos três municípios e três respectivos povoados, correspondendo às duas escalas de análise. O município de Cristália foi um dos escolhidos por ser o que mais perdeu área do seu território para a represa — 41km<sup>2</sup> (ANEEL, 2017), e o povoado de Cabra por ter

sido alagado parcialmente. Pelo mesmo critério, a escolha de Berilo foi por ser o município que teve a menor área alagada, e por isso, recebe a menor parcela dos repasses financeiros — a Compensação Financeira — pela UHE de Irapé. Neste município, o povoado de Lelivédia foi escolhido por ter sido a sede de alojamentos dos trabalhadores temporários da construção da barragem. Por fim, o município de Grão Mogol, foi escolhido por sediar o complexo energético da Usina e — por isso — ser o único arrecadador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS) pela geração de energia elétrica. A comunidade de Tingui foi escolhida por ser sido diretamente atingida pela criação, a partir de uma mitigação ambiental da implantação de Irapé, do Parque Estadual de Grão Mogol. Algumas entrevistas com lideranças locais e com representantes do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) ocorreram em Turmalina, pela proximidade de suas residências.

Ao pesquisar os efeitos da UHE de Irapé uma década após seu funcionamento, buscou-se consequências vivas no período da realização da pesquisa. Não se pretendeu, necessariamente, realizar um levantamento de eventos e episódios acumulados ao longo destes anos, mas sim captar o que se sucede desde o processo da implantação de Irapé. O período considerado compreende uma década após a inauguração da barragem em 2006.

A pesquisa ocorreu com a coleta de dados qualitativos em campo, através da realização de entrevistas em profundidade. Esta ferramenta, segundo Queiroz (1988), é uma forma de obter informações de sujeitos-chave sobre determinado assunto que se pretende maiores devaneios e concretude. Ela foi aplicada com 22 representantes de segmentos diversos que compõem o município (autoridades e servidores públicos, líderes comunitários, comerciantes, e agentes de desenvolvimento). Esta seleção priorizou àqueles sujeitos que tivessem vivenciado o processo de instalação da UHE de Irapé e atravessado o período de marco temporal proposto em certo grau de acompanhamento das questões relativas às consequências nos municípios atingidos.

Na análise dos dados, o uso do termo *consequência* pode ser entendido na sucinta definição de *resultado*, *efeito*. As consequências são compreendidas como aquilo que resultou da implantação da UHE de Irapé, os efeitos da Usina para os municípios alagados, após uma década de funcionamento.

Não há a pretensão listar todas as consequências trazidas pelo represamento do corpo fluvial — ainda pela sua impossibilidade de mensuração. Pretendeu-se contribuir com a apresentação das consequências avaliadas em entrevistas com sujeitos sociais realizadas em campo, com aquilo que representes da população que habitam as margens da represa têm a dizer sobre Irapé.

Para apresentar a análise das consequências identificadas em narrativas, optou-se por uma divisão temática concentrada em três seções interconectadas. Tem-se em ordem: a represa, a hidrelétrica e a Irapé, nos quais, o primeiro se refere ao objeto em seu sentido estrito, a forma física do rio represado pela barragem, que ocupou as grotas com a *supressão da paisagem* em imposição do progresso. Na segunda seção, fala sobre a hidrelétrica projetada no feitio de empreendimento, de possibilidade de crescimento econômico, da "redenção" da miséria, a expectativa de superação do estigma de baixo dinamismo regional, bem como a seguida frustração: *um sonho vazio*. A terceira e última seção se percebe a abstração de Irapé, em seu sentido amplo e disforme, o *tão mau* que evocou extremos do modo de vida camponês: pontos em que houve fortalecimento da organização política de resistência, mas também a direção ao colapso da organização de vida.

### 3. A represa - supressão da paisagem

Antes da implantação da barragem de Irapé Santos (2005, p. 7) projetou possíveis danos que ocorreria “de maneira irreversível e total” no território habitado. Ele o denominou o conjunto de impactos negativos à população e ecologia local como *supressão da paisagem*, termo que se tomou emprestado para se referenciar às consequências pela transformação profunda nas configurações territoriais pela represa.

O alagamento dos ecossistemas que compõem a *moldura interativa*, que diz Galizoni (2007) - a sinergia entre o manejo dos lavradores para produção de alimentos e as diferentes aptidões edafoclimáticas dos fundos de vales, vertentes e chapadas do Alto Jequitinhonha —, restringiu a relação destas populações com a natureza. Este processo foi identificado por Pereira (2015) como desterritorialização de comunidades pelo desassentamento ocasionado pela UHE de Irapé.

A relação com a natureza, em específico os recursos de uso comum, foram constantemente relatados nas entrevistas com camponeses. Representante comunitário de Cabra, em Cristália, relatou que a “*a melhor terra da região está onde o lago cobriu. Terra que chovia, você plantava não precisava de adubo, não precisava de nada*” (E.L.). Apesar de controverso, o represamento da água gerou insegurança hídrica para a população que a margeia, como diz um representante dos trabalhadores rurais de Grão Mogol:

[em 2014] a gente se reuniu porque as pessoas estavam reclamando a questão da água [...] a pessoa tinha condição de ter uma água por gravidade, em vez de ter por gravidade a Cemig estava propondo perfuração de poço artesiano porque com o poço ela está fornecendo a água para o proprietário, mas também está vendendo energia: a esperteza!(L.M. C.)

A perda da terra de cultura, que restringiu as formas tradicionais de produção de alimentos, o acesso livre à água, das riquezas minerais extraídos pelo pequeno garimpo, mas também a obstrução do acesso entre povoados e comunidades, com alagamento de trilhas e travessias do Rio. As terras férteis e úmidas das grotas encaixadas eram fonte de recursos naturais importantes para reprodução da população local, o que se torna ainda mais crucial na realidade climática do local.

O Alto Jequitinhonha se encontra em um regime pluvial semiárido (Gomes *et al.*, 2018) no qual a gestão dos recursos hídricos pelos lavradores camponeses foi sempre um desafio. A regulação da água procedente de nascentes, e outras fontes, entre famílias e comunidades foi condição criada para manutenção da reprodução das atividades domésticas e agrícolas (Galizoni, 2005). Com o represamento do Rio Jequitinhonha, porém, a água do lago se voltou para o uso quase exclusivo da geração de energia, incluindo as nascentes e mananciais que também foram alagadas. Por outro lado, algumas outras atividades foram possibilitadas, desde que reguladas pela CEMIG, como a criação de peixes e travessias de balsa. De todo modo, impôs-se uma ordem sobre o corpo hídrico: privação da água e o regime artificial do rio. Às comunidades imediatas

ao lago, ou àquelas reassentadas, a solução para abastecimento hídrico seguiu a lógica impositiva da geradora, a CEMIG. Visto como uma solução oportunista — segundo os beneficiários — a empresa responsável pela produção de energia elétrica implantou poços artesanais, drenados por bombas elétricas. Se antes do barramento o uso da água era realizada pela gestão comum, com normas locais de regulação de seus usos, o insumo energético ocasionou uma outra relação com o recurso, tornando inviável para as associações o pagamento das contas de energia devido ao alto consumo pelas bombas dos poços artesanais. No povoado de Cabra, em Cristália, para desviarem deste problema da mercantilização da água, os moradores buscaram financiamento em bancos estatais para custear um sistema de abastecimento hídrico movido “por gravidade”, visando a segurança hídrica para o povoado. A privação do acesso a outros recursos naturais não se resumem à questão da água.

O garimpo, secularmente praticado na região (Machado e Figueiroa, 1999) era uma atividade estratégica para complementar a renda das famílias. Realizado principalmente durante a estiagem, o garimpo, segundo um agente de desenvolvimento entrevistado, “servia de atividade complementar da subsistência” (J.P.M), que compunha a resiliência das comunidades nos períodos de poucos rendimentos com a produção agrícola. A represa de Irapé impossibilitou a continuidade desta atividade não apenas na área alagada, mas também à jusante da barragem. As margens do rio Jequitinhonha, antes caracterizadas pelas areia e cascalhos, foram tomadas pela lama argilosa após sua implantação. Na realidade, a regulação artificial do regime do rio teve consequências drásticas para populações ribeirinhas à jusante do rio e que não foram consideradas enquanto atingidas. A produção de alimentos na vazante do rio — manejo do leito seco durante a estiagem — ficou inviável ao ter esse ciclo natural interrompido e gerido pela lógica da produção de energia, o que impactou profundamente camponeses que se sustentavam por esta atividade. Desta forma, a represa aparece cada vez mais como um obstáculo para o acesso aos recursos naturais — água, garimpo, terras férteis — mas também impõe empecilhos às relações sociais entre comunidades.

A obstrução de trilhas e travessias utilizadas pelos moradores locais levou à quebra de laços entre localidades situadas em margens opostas. Este impacto nas relações sociais e comerciais deveria ter sido mitigado pela construção de pontes ou oferta de balsas pela CEMIG, conforme previsto no EIA/RIMA (Enerconsult, 1993). A precarização das estruturas da primeira e dos serviços da segunda, contudo, são alvos constantemente denunciados por moradores que relatam a negligência sobre a manutenção destes serviços. As múltiplas relações estabelecidas entre comunidades dos dois lados dos rios, entre elas relações sociais e comerciais, foram deterioradas pela distância imposta pela represa. Neste processo, as conexões — objetivas ou subjetivas — são deterioradas, rompendo mais um forte aspecto do modo de vida da população tradicional do local.

As comunidades camponesas do Alto Jequitinhonha segundo Ribeiro et al. (2007) baseiam-se principalmente em três pilares: a) no trabalho familiar; b) no vasto

conhecimento dos recursos naturais, que orienta decisões do regime agrícola; e, c) gestão comunitária, “que governa, partilha e conserva recursos, com base no conhecimento do meio, na espacialidade comum e em acordos familiares” (pág. 1087). A supressão da paisagem pode ser interpretada nesse prisma, como uma abrupta transformação imposta pelo empreendimento. A implantação da UHE de Irapé representou para as comunidades camponesas em transformações com as *trocias com a natureza* de forma *indesejada por ela* (Brandão, 1981). Isto significou na prática um afastamento da população atingida dos recursos da natureza usados de formas costumeiras e regulados por gestão compartilhada entre as famílias e comunidades.

A resistência às formas compulsória de separação da natureza é que preenche de significado a luta das comunidades atingidas direta ou indiretamente por Irapé. A principal ação é a busca por alternativas ao acesso à água em sistemas tradicionais de regulação, uma vez implantadas as bombas elétricas pela CEMIG, cuja atuação culminou na cobrança pelo uso através da energia gasta e em um “preço” para se ter o recurso hídrico. Processos estes são semelhantes aos analisados por Esteva (2000) que entende como reações à “invasão” da economia urbana-industrial nas vidas das comunidades marginalizadas, que, nessa resistência “imaginam sua resistência como uma reconstituição criativa de formas básicas de interação social” (ESTEVA, 2000, pág. 77). O autor se refere, entre outros, aos povos e comunidades tradicionais e camponeses cujos princípios não se baseiam naqueles estabelecidos pelos fundamentos da economia neoclássica. São, na realidade, processos históricos, como descrevem Thompson (1998) e Shiva (2000), quando analisam o processo de privatização dos bens comuns — tal como fora o leito do Rio Jequitinhonha — que transforma profundamente a relação entre as comunidades humanas e delas com a natureza. Além do mais, se multiplicam espacialmente, especialmente contra populações camponesas e sua gestão sobre os recursos naturais, como mostra Quintana (2014) sobre o avanço de práticas neoliberais no México, que têm dominado o aparato estatal para legitimar a concessão desenfreada de recursos naturais — especificamente os minerais —, o que o autor chama de “el proceso de acumulación por desposesión, por medio del cual, los recursos minerales están pasando a ser usufrutuados por la iniciativa privada: especificamente por corporaciones transnacionales” (idem, ibidem: 161). Na realidade, a acumulação por desposseção — ou espoliação — é como Harvey (2004) analisa uma nova forma de acumulação primitiva por grandes empresas, apoiadas pelo Estado, que tem avançado principalmente sobre os recursos naturais, atingindo comunidades camponesas e povos originários. Este autor mostra que movimentos sociais impulsionados por estas populações têm concentrado a luta contra a privatização destes recursos, logo, contra a acumulação via espoliação. Assim foi conduzida o processo de resistência pela Comissão dos Atingidos contra as injustiças ocasionadas pela implantação da UHE de Irapé, e à favor da autonomia das comunidades locais.

#### **4. A hidrelétrica - sonho vazio**

A implantação de hidrelétricas, como a UHE de Irapé, “criam grandes expectativas para os atores envolvidos [...] em relação à perspectiva do desenvolvimento regional e dos possíveis investimentos destinados à melhoria das condições de vida da população local” (Araújo, 2016, p. 277). Com o investimento de mais de dois bilhões de reais (Lestingi, 2014), a legitimidade de uma violenta transformação socioambiental foi fundamentada na projeção dos possíveis benefícios — coletivos e individuais — que a construção e funcionamento da UHE de Irapé traria para os municípios atingidos e adjacentes. “Sonho vazio” é como um lavrador designou a contraditória inútil esperança projetada na hidrelétrica, mesmo na condição de atingido e membro da Comissão dos Atingidos.

O predomínio da configuração camponesa comumente interpretada como estigma de baixo dinamismo econômico foi um dos fundamentos para justificar e destinar ao Jequitinhonha grandes projetos de desenvolvimento *modernizantes*. A partir da década de 1970, e embalados até os dias atuais, estes tipos de programas criaram grandes expectativas de criação de empregos temporários, elevar a produtividade com intensificação da exploração de recursos naturais, busca por erradicar os indicadores de pobreza (RIBEIRO *et al.*, 2007). A execução destas políticas resultou na desapropriação de terrenos familiares, desmatamento e implantação de monoculturas, tais como a silvicultura, criação de parques florestais e também barramento de rios. A construção da barragem de Irapé segue a lógica desenvolvimentista conferida há mais de quatro décadas, cujos efeitos são temas polêmicos e complexos.

As possibilidades de desenvolvimento aparecem, então, legitimadas e justificam ações violentas de transformação intensa do espaço destinado à produção de energia. Contudo, a evocação deste conceito — desenvolvimento — por diferentes grupos sociais parecem ter significados diversos, quase antagônicos. Mais do que respostas, este conceito sugere infinitas questões. É o que sinaliza Celso Furtado (1994, p.37) quando afirma que “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, pois comporta um elemento de intencionalidade”. Por isto, frequentemente, misturam-se no conceito as intenções variadas de progresso, crescimento econômico, promoção de qualidade de vida, fortalecimento das estruturas locais.

No ápice da construção da UHE de Irapé as empreiteiras empregavam 3,7 mil pessoas, segundo dados da CEMIG. Estes números, que atraíram o interesse da sociedade envolvente, não se mantiveram, entretanto, por muito tempo. A experiência decorrida desta febre empregatícia é desmistificada por veteranos da luta à favor dos atingidos por barragens. Algo que se confere na Carta de Guaraciaba<sup>1</sup>, documento elaborado em 2002, por representantes de atingidos por barragens em Minas Gerais elenca sete mitos associados às hidrelétricas. O quinto, especificamente, corresponde ao desenvolvimento e geração de empregos por estes empreendimentos, que relativiza este benefício em

decorrência de sua durabilidade e porta elementos explicativos para descrever o caso da UHE de Irapé:

Os empregos gerados pela implantação de hidrelétricas são temporários, sendo restritos ao curto período de construção. Nessa medida, demandam apenas número limitado de trabalhadores, geralmente contratados fora da localidade. Após esta fase, não há perspectiva de geração de postos de trabalho para as comunidades locais, devido à exigência de uma maior especialização técnica.

Se em um primeiro momento houve o ápice da criação de empregos, em pouco tempo depois, havia o ápice da desmobilização de mão-de-obra, fechando as vagas de empregos em menos de cinco anos desde o início da construção. Uma representante regional dos trabalhadores rurais do Norte de Minas e atingida pela barragem esclareceu que “quando as empresas chegam, elas empregam: é emprego, melhoria no município e aquela coisa toda. Mas sabe que na realidade não é isso” (S.R.M.C.), o que foi reforçado pelo representante dos trabalhadores rurais de Cristália, afirmando que “não gerou emprego [duradouro] quase nenhum. Pouquíssimas pessoas têm emprego por Irapé” (N.C.).

Segundo o Programa de Controle Ambiental (PCA) de Irapé, de 2009, a CEMIG empregava 14 pessoas (12 na produção e duas no administrativo) divididos em 3 turnos, totalizando, hipoteticamente: 4,66 pessoas por turno. Havia também, segundo este mesmo documento elaborado 3 anos após o início da produção de energia pela UHE de Irapé, apenas 21 trabalhadores terceirizados. Os investimentos realizados, entretanto, por consequência direta à implantação UHE de Irapé podem ser observados pela administração das verbas recebidas pelas indenizações da população reassentada.

Em uma conquista inédita, a Comissão dos Atingidos e parceiros conseguiram, além da indenização da terra em troca de outra terra, e do pagamento em dinheiro por benfeitorias, os herdeiros — filhos e filhas maiores de idade — foram considerados passíveis de indenização, e, portanto, receberam terras (Pereira, 2015; Lestingi, 2014). Sobre esse assunto, L.M.C. reconhece sua luta junto à Comissão: “foi uma das melhores negociações, e mesmo assim até hoje tem problema na justiça”. Uma liderança regional recorda que esta vitória “não foi legado de Irapé, mas um legado das lutas sociais” (B.S.C), e que reverberou para outros casos semelhantes, como lembrou E.L.: “o modelo de indenização de Irapé serviu de modelo para outros processos de licenciamento ambiental”.

Se o deslocamento forçado destes habitantes resultou em uma devastação sociocultural, este modelo de indenizações amenizou — em alguns casos — maiores danos às famílias atingidas. Um dos entrevistados relatou que a verba recebida pelo pai como indenização da desapropriação permitiu que ele criasse um supermercado em Cristália, e atribui sua qualificação aos cursos oferecidos por agências de desenvolvimento em parceria com a CEMIG. Já o seu pai foi reassentado junto com outros atingidos nas

<sup>1</sup> Nos dias 16 e 17 de novembro, representantes dos atingidos por barragens de Minas Gerais elaboraram esta carta em um encontro em Guaraciaba, na qual registrava principais conclusões alcançadas no evento.

proximidades e investiu a verba na compra de insumos para seu estabelecimento rural, onde manteve a produção de alimentos. O recebimento de terras e verba da indenização teve consequências diversas e extremas, o que será analisado mais profundamente na última seção.

A atração de investimentos através da instalação da Usina de Irapé na região não se materializou conforme as expectativas trazidas pela geradora. Grandes investimentos que poderiam se encaixar à infraestrutura disponibilizada pela hidrelétrica não saíram do papel. Foram identificados a partir das entrevistas e por busca documental na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD)<sup>2</sup> projetos previstos — ou já descartados — para instalação nos municípios atingidos: Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Grão Mogol, ou Consórcio Grão Mogol-Arcadis; ou a Termoelétrica (UTE) Termoirapé I e II, projetada pela Myrtos Geração de Energia S.A.; cavas de exploração de minério de ferro pela Mineração Minas Bahia S.A., e o Projeto Ferro Vale do Rio Pardo Sul Americana de Metais S.A, todos no município de Grão Mogol, entre outros grandes. O complexo de distribuição energético implantado junto a UHE de Irapé forma um grande expoente atrativo para estes projetos, principalmente a represa, que embasou a possibilidade da construção de um mineroduto interligando Grão Mogol ao litoral baiano.

## 5. A Irapé - um tão mau

Esta última seção se dedica às análises de consequências levantadas nas narrativas coletadas que se referem à organização social e política. Dedicase à abordagem d'*a Irapé*, em seu amplo significado para a população dos municípios atingidos. Trata-se do torvo da década de noventa para a sociedade camponesa que ainda a estorva dez anos depois de sua implantação. A abstração conclusiva de que Irapé causou indignação das populações marginalizadas.

*Um tão mau* para a região é a síntese sobre Irapé feita por um ex-membro da Comissão dos Atingidos. A resistência ao projeto evocou e recrutou lideranças comunitárias que se organizaram. Em um primeiro momento os membros da Comissão resistiram à implantação do projeto de Irapé, questionando sua viabilidade frente aos danos socioeconômicos e ambientais. Filho de um atingido em Cristália contou que: “Pai continuou trabalhando — ‘isso aqui é meu, vamos até o final!’ (O.R.R). No segundo momento, o balanço da Comissão a respeito da decisão impositiva da geradora e órgãos estatais que atropelavam acordos fundamentados nos direitos humanos, levou à luta para outra direção: teriam que lutar por, ao menos, formas menores injustiças durante as desapropriações. O.R.R. contou também que “*depois a Comissão foi informando que iria negociar, falou para o povo continuar construindo. O povo começou a retomar os trabalhos, mas sem graça de que iria perder...*”. E.L. também conta sobre esse momento em que se aceitou que

“a obra [de Irapé] tinha que acontecer, não é?  
A gente não é contra não, o progresso faz

parte, tem que acontecer, não é? Mas, tem injustiças que dá medo na gente,! Que todo progresso traz com ele. Isso espanta a gente., Apesar de tanta orientação ainda aconteceu umas injustiça, muitas injustiças”.

A perda da terra — em sua forma objetiva, mas também subjetiva — denota quebra da relação com o lugar. Isto se reflete no conceito que Haesbaert (2001) designou de *desterritorialização*, no qual há a apropriação de um espaço por um grupo social sobre outro. O estabelecimento de territórios pode ser, para este autor, dado pela dimensão funcional, concreta e também simbólica. O controle físico associado a apropriação simbólica do espaço, subjetiva, implica em uma abordagem do espaço que é, ao mesmo tempo, dominado e apropriado, assim, não há apenas controle, como também laços de identidade social. Desta forma, a desterritorialização decorre da territorialização por outro grupo do mesmo espaço. Santos (2015) analisou este processo para os reassentados por Irapé, descrevendo as impressões das populações remanejadas neste processo que envolveu medo, resistência, mas também de esperança ao se relocar. A quebra de relação com a terra foi temor para muitas pessoas no período em que se especulava sobre a construção da barragem. Em muitos relatos se observou a tensão da incerteza que a construção da barragem trouxe para a vida de muitas famílias como a restrição da gleba de trabalho. Medir a penosidade de iniciar o ciclo agrícola ficou em suspensão devido à possibilidade de perda do trabalho antes da colheita.

Ao se resolver o problema das indenizações — “terra por terra” e pagamento de benfeitorias por dinheiro — uma profunda consequência se iniciou. A transferência de significativo volume monetário para atingidos atraiu atenção de arrivistas, que viram uma oportunidade de enriquecimento. Tratam-se de pessoas que assediaram os beneficiários de indenizações para venda de bens superfaturados. Os observadores deste episódio relatam que vendedores de bens — com qualidade questionável, como móveis e imóveis antigos, eletrodomésticos e veículos usados — inflacionaram o preço de produtos que os recém-desapropriados buscavam para recompor suas vidas. As terras também aumentaram na região. O movimento de especuladores e da compra de terras pela CEMIG teria triplicado o preço do hectare, segundo entrevistados, a média passou dos R\$250 reais para R\$750 ou R\$1000. Outra consequência decorrente desta brusca mudança na vida dos atingidos foi o colapso da organização de vida camponesa de muitas famílias. Um representante dos trabalhadores rurais de Cristália e também atingido lamentou como “*Irapé modificou o modo de viver daquela região tirando o povo de lá e mudando de lugar, esvaziando os municípios*”

Uma das deteriorações do modo de vida camponesa mais impactante se refere à implantação do Parque Estadual de Grão Mogol (PEGM), unidade de conservação criada em 1998 para mitigação aos danos ao meio ambiente pela UHE de Irapé (cinco anos após a Licença Prévia ambiental ser concedida). Desde então, mais de 40 famílias enfrentam as duras imposições do manejo do Parque, cujos agentes oprimem suas atividades domésticas e agrícolas. Multas e

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.meioambiente.mg.gov.br>. Acessado em: dezembro de 2017.



ameaças administrativas impedem que os lavradores mantenham criações de animais, otimização de técnicas de plantio, construção de casas — e até mesmo — consumam energia elétrica. Uma moradora atingida pelo parque indagou a contradição imposta, pois “*somos totalmente a favor da preservação, mas como você coloca uma área pra preservar onde tem 40 famílias, que não podem trabalhar?*” Assim, nas proximidades e na decorrência de Irapé, famílias vivem há 20 anos na incerteza — e sem energia elétrica — se terão os direitos de manter sua forma de produção ou se serão desapropriadas. A represa de Irapé ocupa uma área de 140km<sup>2</sup>, o que resultou na expulsão de quase 5000 pessoas de suas moradias, e o parque atinge uma área de 280km<sup>2</sup>, afetando aproximadamente mais 200 pessoas, logo seria crível dizer que a UHE de Irapé significa, na realidade, a ocupação da soma destas áreas, totalizando, assim, 420km<sup>2</sup>.

Destes resultados, é importante dizer que Irapé evocou extremos da população atingida e da organização social camponesa. A desterritorialização dos desapropriados, os efeitos do pagamento das indenizações, a privação de recursos naturais, a implantação de uma unidade de conservação sobre territórios camponeses, entre outros fatores, são algumas consequências observadas em narrativas após esta década de Irapé, deteriorando os modos tradicionais de vida. Por outro lado, após estes anos, é evidente a forte e dinâmica articulação política de organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais de municípios do Alto Jequitinhonha. A marginalização histórica do campesinato no Brasil, que leva a suas peculiaridades de organização política, como disserta Martins (1981) são observadas no surgimento de lideranças comunitárias e criação de organizações civis que foram amadurecidas ao longo dos últimos anos e se devem — em grande parte — à experiência da Comissão dos Atingidos e as parcerias<sup>3</sup> realizadas no período de resistência. O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) teve a notoriedade ampliada à nível internacional devido sua capacidade de articulação durante a luta contra injustiças da implantação de Irapé, como relatou um de seus membros entrevistados, o que tem influência na atual capacidade de promoção de projetos de desenvolvimento em comunidades camponesas do Alto Jequitinhonha. Estas consequências positivas para a população atingida, são, entretanto, mérito das lutas sociais, que insistiram em realizar um processo coletivo, como forma de proteção, ao invés de negociações individuais, como a CEMIG impunha.

## 6. Conclusões

A UHE de Irapé criou um enorme lago entre os sete municípios atingidos. Este corpo hídrico, em sua variação de nível, geomorfologia, qualidade da água e atribuições foi construído visando a geração de energia, mas criando a também a expectativa de que possibilitaria a prática de atividades diversificadas como pesca comercial e esportiva, atrativos para instalação de casas de veraneio, esportes náuticos, deslocamentos em trechos hidroviários, e para

usos extremamente polêmicos, como para funcionamento de minerodutos. Cabe salientar que não houve em nenhum momento o planejamento de usos costumeiros e tradicionais da população mais comprometida pela implantação da represa, e continuamente excluída de grandes investimentos de desenvolvimento. Ou seja, o lago representa material e simbolicamente a imposição de um modo de vida sobre o outro.

O processo de implantação da barragem, desapropriação e reassentamento dos moradores remanejados poderia ser um impasse superado se não fosse pelas consequências ainda frequentemente lembradas por aqueles que, inclusive, não tiveram parte do terreno atingido pela represa. Atribui-se esta recordação a dois motivos que imperam deste passado vivo: a) as profundas transformações territoriais das comunidades remanescem na beira do lago, fragmentadas, a deterioração dos laços comunitários afetou aspectos objetivos e subjetivos dos atuais habitantes; b) a indignação insistida pela imposição violenta do empreendimento acima dos direitos humanos. Deve-se salientar que a este processo foi um pouco amenizado por meio da organização política de comunidades.

O modelo de desapropriação, que não raramente entrava em confronto com os aspectos socioeconômicos e culturais da população local, e posterior esvaziamento de povoados e comunidades, trouxe também a desarticulação de estruturas que compõe a sociedade camponesa: terra, família e trabalho, bem como o enfraquecimento da gestão comunitária. A implantação da Usina significou, principalmente, fortes restrições de acesso a recursos da natureza, principalmente, terra e água, neste último caso, ocasionada pela inundação de nascentes, remanejamento de pessoas para áreas sem acesso fácil à água, na alteração dos sistemas costumeiros de abastecimento, e pela percepção de alteração microclimática. Ademais, o uso da água da represa não é "livre" para a população, sendo exclusivo para geração de energia e outras atividades relacionadas.

O Parque Estadual de Grão Mogol (PEGR) é uma das consequências presentes da UHE de Irapé. A partir da mitigação ambiental da hidrelétrica, o parque foi realizado para compensar as alterações no meio ambiente regional. A área do parque avançou sobre famílias nas comunidades tradicionais em Grão Mogol, incluindo gerazeiros, que são oprimidos por agentes fiscais que alegam que a atividade agrícola deve ser reduzida para evitar impactos ambientais.

Costa (2018), ao analisar a compensação financeira paga pela UHE de Irapé, em onze anos de funcionamento, não deixou legados socioeconômicos significantes para os municípios atingidos. Nas entrelinhas das entrevistas, observou-se o incômodo dos representantes comunitários e dos trabalhadores rurais quanto à insistente invisibilidade da importância da atividade da agricultura familiar regional. Notou-se, da mesma forma, que as autoridades locais, incluindo agentes de desenvolvimento reproduzem discursos que projetam o desenvolvimento local em possíveis futuros grandes projetos exploratórios, marginalizando, mais uma vez, a população camponesa e suas formas de produção descentralizada. Tal fato impede a possibilidade de formas participativas de decisões sobre alternativas para desenvolvimento local. E assim, Irapé

<sup>3</sup> O Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram importantes apoiadores da Comissão de Atingidos.

tornou-se por abstração um “sonho vazio” que encheu os vales do Alto Jequitinhonha inundando *lugares*. Por se tratar de um empreendimento gerador de energia elétrica a barragem de Irapé se materializou enquanto unidade, mas impressiona na inversão abrupta de representação contraditória: da redenção à indignação de um mesmo povo.

## REFERÊNCIAS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Compensação Financeira. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/compensacao-financeira>>. Acesso em: agosto de 2017.

Araújo, E. A. D. (2016). Políticas públicas para sustentabilidade: o caso do projeto Ipirá na usina hidrelétrica de Tucuruí-Pa. *REGGE-Revista de Gestão*, 23(4), pp. 276–285.

Brandão, C. R. (1981). *Plantar, Colher, Comer*. Goiânia: Ed Graal.

Costa, P. C. (2018). À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha.

Enerconsult, E. (1993). *Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental*.

Furtado, C. (1994). A superação do subdesenvolvimento. *Economia e sociedade*, 3(1), pp. 37–42.

Galizoni, F. M. (2005). *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas*.

Gomes, J., Hamza, V., & Vieira, F. (2019). Interpretation of geoelectric surveys using synthetic models and its application for study of groundwater resources in semiarid regions of Minas Gerais, Brazil, in: *Proceedings of the 16th International Congress of the Brazilian Geophysical Society*, pp. 1–5. Brazilian Geophysical Society. <http://dx.doi.org/10.22564/16cibsgf2019.264>

Haesbaert, R. (2011). *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto.

Harvey, D. (2004). *Novo imperialismo (O)*. São Paulo: Edições Loyola.

Lestingi, M. D. (2010). A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos: Estudo de caso da UHE Irapé (MG). <http://dx.doi.org/10.11606/D.86.2010.tde-04112010-135107>

Lima, V. M. P. S. Secas e águas: um estudo sobre as alterações na dinâmica da água no A., & Jequitinhonha, M. . (2006). *Seca e s'águas: um estudo sobre as alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha, MG*. 2006.

Machado, I. F., & de M. Figueirôa, S. F. (2001). 500 years of mining in Brazil: a brief review. *Resources Policy*, 27(1), pp. 9–24. [http://dx.doi.org/10.1016/S0301-4207\(01\)00004-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0301-4207(01)00004-6)

Martins, J. S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petropolis: Vozes.

Pereira, V. G. In: Naves, F. (Ed.). (2015). *O trabalho de reconstrução e a reconstrução do trabalho: formas de ser, viver e fazer de agricultores tradicionais do Alto Jequitinhonha deslocados para novos ambientes. Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas: Outras lentes sobre invisibili*. Elsevier Brasil.

Quintana, R. D. (2014). Actores sociales rurales y la nación mexicana frente a los megaproyectos mineros. *Problemas del desarrollo*, Quintana, R. D. Actores sociales rurales y la nación mexicana frente a los megaproyectos mineros. *Problemas del desarrollo*, 45(179), pp. 159–180.

Ribeiro, E. M. (1997). *As Estradas da Vida: terra, fazenda, e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*.

Ribeiro, E. M., Ayres, E. B., Galizoni, F. M., Almeida, A. F., Pereira, V. G. (2014). Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(2), pp. 365–386. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000200009>.

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Calixto, J. S., Assis, T. D. P., Ayres, E. B., Silvestre, L. H. (2005). Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 7(2), p. 77. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2005v7n2p77>

Ribeiro, E. M., Galizoni, F. M., Silvestre, L. H., Calixto, J. S., Assis, T. de P., Ayres, E. B. (2007). Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(4), pp. 1075–1102.

Santos, M. R. A. (2005). Irapé: a cathedral tecnológica e a supressão de uma paisagem. *ComCiência - Energia: ensino e alternativas*.

Santos, R. C. O. (2000). Desenvolvimento e os Atingidos pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha. I CONACSO. Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 1(2), pp. 1–17.

Zucarelli, M. In: Zhouri, A. (org. ). (2011). O papel do termo de ajustamento de conduta no licenciamento ambiental de hidrelétricas. *As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG.



# On the Fringe of Irape: consequences of the dam on the Jequitinhonha river a decade after its implantation

Pedro de Carvalho Costa\*  
Flávia Maria Galizoni\*\*

\* Geographer (UFMG). Master in Society, Environment and Territory (UFMG). Substitute professor at UFMG.

\*\* Social Scientist (UNICAMP). Master in Social Anthropology (USP). PhD in Social Sciences (UNICAMP). Professor at UFMG.

---

**Abstract** This paper aims to systematize the meaning of a great developmental project to the population of municipalities affected by the hydroelectric plant after its operation. The area flooded by the Irapé plant reached seven municipalities of the Jequitinhonha river upper course, Northeast of Minas Gerais, resulting in the relocation of approximately five thousand people and affecting thousands of inhabitants living in the lakeshore. The long resistance process of the affected population achieved fundamental rights throughout the relocation course; however, it did not impede the great socioeconomic, cultural and political losses that happened during the violent implantation, which sought to legitimize itself by the fact of the development promotion in the affected regions. From a qualitative methodology, we identified the consequences of the enterprise through interviews with representatives from different society sectors. The consequences caused by Irapé are diverse and complex. The dam changed the population's relations with natural resources, frustrated different societal segments in terms of job creation, income and tourism, and strongly pressured ways of life into peasant communities.

**Key-words:** Jequitinhonha Valley, Peasant communities, Irapé HPP.

---

## Informações sobre os autores

### Pedro de Carvalho Costa

E-mail: [pdcarvalhocosta@gmail.com](mailto:pdcarvalhocosta@gmail.com)

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0455313534002607>

 <https://orcid.org/0000-0002-6159-0943>

### Flávia Maria Galizoni

E-mail: [flaviagalizoni@yahoo.com.br](mailto:flaviagalizoni@yahoo.com.br)

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1703561012094731>

 <https://orcid.org/0000-0002-7567-1269>

**Artigo recebido:** 2/02/2020

**Artigo aceito:** 17/05/2020